

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução/Instagram de Rogéria Bolsonaro



Eduardo, Carlos e Flávio com a mãe, Rogéria.

PL nega que Rogéria, ex de Bolsonaro, disputará Senado

Presidente do PL-RJ, o deputado federal Altineu Côrtes nega que Rogéria Bolsonaro, ex-mulher de Jair Bolsonaro, será candidata ao Senado pelo Estado do Rio. Pelo acordo anunciado em fevereiro, a ex-vereadora ocuparia a primeira suplência da chapa ao Senado que será encabeçada por Marcio Canella (União Brasil), ex-prefeito de Belford Roxo (RJ).

Rogéria (PL) foi incluída em pesquisa do Instituto Paraná divulgada na última sexta. Seu nome entrou na lista em uma das simulações — ela ocuparia o lugar reservado ao ex-governador Cláudio Castro (PL), declarado inelegível pela Justiça Eleitoral. Neste cenário, segundo o levantamento, ela só ficaria atrás de Benedita da Silva (PT)

No lugar de Jair

“O candidato é o Cláudio”, escreveu Côrtes em resposta a mensagem enviada pelo Correio Bastidores. O ex-governador já anunciou que tentará recursos à Justiça para conseguir se candidatar.

Mãe dos três filhos mais velhos de Jair, Rogéria entrou na política em 1992 para herdar os votos do então marido, Jair. Eleito deputado federal dois anos antes, ele renunciara ao mandato de vereador.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Bolsonaro lançou o filho para derrubar votação da ex

Responsável por Carlos

Ela foi indiretamente responsável pela entrada de um dos filhos, Carlos, na política. Irritado com Rogéria, que estava em seu segundo mandato, Jair, em 2000, lançou seu 02 à Câmara para tirar os votos de sua já ex-mulher. Deu certo, embora tivesse apenas 17 anos, Carlos foi eleito; sua mãe, não.

Apesar dos conflitos, Jair e Rogéria se reaproximaram e, em 2020, ela voltou a tentar uma vaga de vereadora no Rio, mas obteve apenas 2.033, foi apenas a 266ª mais votada.

Uma grande família

No PL, há quem atribua a Jair Bolsonaro a inclusão do nome da ex na lista. Seria uma forma de ele testar o peso de seu sobrenome no Rio de Janeiro, berço de sua atuação. Em tese, com a saída de Cláudio os nomes mais prováveis para o Senado seriam os de Côrtes, do deputado Sóstenes Cavalcante, do senador Carlos Portinho e do delegado Felipe Curi. Mas Jair adora soluções familiares.

Diferenças

Curiosidade: segundo dados fornecidos pelo Paraná ao Tribunal Superior Eleitoral, a pesquisa foi presencial, bancada com recursos do próprio instituto e custou R\$ 45 mil. Na quinta passada, a Quaest registrou uma pesquisa semelhante que custará R\$ 205 mil e será paga pelo Banco Genial.

Sem ela

O nome de Rogéria Bolsonaro não consta do questionário da Quaest — além de Castro, outro nome do PL incluído foi o de Felipe Curi, ex-secretário de Polícia Civil. Da lista consta também Alessandro Molon (PSB), que seria outro candidato da esquerda. O resultado da nova pesquisa será divulgado hoje.

Briga e temor

A direita tem adorado a briga de Romeu Zema (Novo) com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Mas há, entre bolsonaristas, o temor de que, com isso, o ex-governador de Minas Gerais apareça mais do que o previsto e possa conquistar pontos importantes em pesquisas para presidente.

Olho vivo

O medo aumentou depois que Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, elogiou a gestão de Zema e criticou a polarização. Há a preocupação de que esteja sendo construída uma articulação de uma direita que não quer ficar presa ao bolsonarismo. A candidatura de Flávio Bolsonaro é tida como consolidada, mas...

Falso Uber

O assédio de taxistas em aeroportos cariocas é mesmo absurdo, e precisa ser reprimido — ninguém merece ser alvo de tanto constrangimento. Mas há outra arapuca para passageiros, algo que ocorre no Galeão/Tom Jobim e em, pelo menos, em Confins (MG) e Salvador (BA). O golpe, veja só, do falso Uber.

É roubada

Motoristas de carros comuns se aproximam de passageiros que esperam veículos de aplicativos, se apresentam como vinculados à Uber e se oferecem para fazer corridas. Vale lembrar: carros de aplicativos são pedidos pelo celular; embarcar num veículo qualquer é um risco absurdo para o passageiro.



Manutenção da prisão aponta para negociação de delação

Prisão do ex-BRB acelera fase das delações

Com decisão do STF, Paulo Henrique vira peça-chave

Por Beatriz Matos

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve a prisão do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa muda o ritmo de uma investigação sobre o Banco Master, que já entrou na fase mais delicada: a das delações.

Paulo Henrique foi preso no dia 16 de abril, durante a quarta fase da operação da Polícia Federal (PF), e segue detido desde então. Com o banqueiro Daniel Vercaro já à frente, nos bastidores da PF, a avaliação é de que o jogo agora não é mais sobre quem inicia uma delação, mas sobre quem consegue entregar informações mais relevantes.

Por unanimidade - com exceção de Dias Toffoli, que se declarou impedido - os ministros seguiram o voto do relator, André Mendonça, e mantiveram a prisão preventiva do ex-dirigente do banco público. No centro da investigação está a suspeita de que ele tenha recebido cerca de R\$ 146,5 milhões em vantagens indevidas do banqueiro Daniel Vercaro, principalmente por meio da entrega de imóveis de alto padrão.

De acordo com a PF, esses benefícios estariam ligados a decisões tomadas dentro do banco para favorecer negócios envolvendo o Banco Master, como a compra de carteiras de crédito muitas vezes falsas e com problemas.

No voto que manteve a prisão, André Mendonça descreve um arranjo que vai além de falhas de gestão. Segundo o ministro,

há indícios de uma atuação consciente para viabilizar operações consideradas irregulares dentro do BRB, mesmo diante de alertas técnicos.

A decisão aponta que o então presidente do banco teria ignorado inconsistências nas carteiras adquiridas, incluindo ausência de lastro e problemas de documentação, para acelerar negócios ligados ao Banco Master. Ao mesmo tempo, segundo a investigação, ele seria o beneficiário direto de um pacote milionário de imóveis, associado às decisões tomadas no cargo.

Na Segunda Turma do STF, com a declaração de suspeição de Toffoli, o voto mais aguardado era o de Gilmar Mendes.

Gilmar vinha de um embate público com o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo), que passou a divulgar vídeos em tom de sátira sobre o caso, na série “Os Intocáveis”, levantando questionamentos sobre a atuação de ministros do Supremo e a relação com Daniel Vercaro.

Ao votar, Gilmar acompanhou a manutenção da prisão de Paulo Henrique, mas adotou um tom mais cauteloso. Ele ressaltou que a análise ainda é preliminar e não permite conclusões definitivas sobre a existência de organização criminosa.

“Não se mostra adequado, neste momento processual, afirmar de forma peremptória que os investigados integram verdadeira organização criminosa”, destacou.